

Balança
comercial
deverá ter
déficit de US\$
1 bilhão este
mês.
Página 9

Americanos e
japoneses
tentam evitar
sanções
comerciais que
começam hoje.
Página 14



Governo opta pela desindexação parcial

*Medida provisória que
será anunciada amanhã
é menos ambiciosa que o
projeto original*

O governo optou por um projeto menos ambicioso de desindexar a economia e anunciará amanhã que a correção monetária será eliminada parcial e gradualmente. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, explicou ao Estado que o Brasil tem "30 anos de convivência com a indexação" e não de pode fazer este processo "da noite para o dia". Segundo ele, o País ainda está "com uma taxa de inflação correndo em níveis altos". O governo trabalhava com a hipótese de promover uma desindexação total da economia, avaliando que este era o momento mais propício para adotar a medida, pela relativa estabilidade inflacionária nos últimos meses.



A medida provisória, que deve ser divulgada nesta quinta-feira, vai trazer a definição de que salários serão livremente negociados, mas permitindo o pagamento do resíduo da inflação anterior a julho no reajuste salarial da próxima data-base de cada categoria. Para os trabalhadores com dissídio em julho, por exemplo, o resíduo pelo IPC-r chega a 35,3%.

Mas há vários pontos da medida provisória ainda em processo de definição final. Na prática, o único indexador que será eliminado é o IPC-r, criado junto com o Plano Real, há um ano, com o objetivo específico de corrigir os salários. Os indexadores restantes, em princípio, não poderão ser usados em contratos inferiores a doze meses, inclusive os trabalhistas. A MP proíbe expressamente a indexação desses contratos à evolução de preços ou à moeda estrangeira.

O IPC-r acumulado até o dia 30 de junho será o único reajuste automático garantido aos trabalhadores. Qualquer ganho acima disso terá de ser negociado entre empresas e sindicatos de trabalhadores. A partir da próxima data-base, as relações trabalhistas estarão zeradas e o governo terá uma política de reajustes apenas para o salário mínimo.

A decisão de garantir o pagamento do resíduo foi tomada para evitar recursos dos sindicatos à Justiça do Trabalho, que provavelmente determinaria o pagamento. O governo pretende reduzir ao mínimo possível a intervenção da Justiça nas relações trabalhistas, encaminhando-as à livre negociação. As lideranças políticas também aconselharam o governo a não bloquear o resíduo.

O bloqueio do IPC-r estava sendo estudado como arma para a negociação da MP no Congresso. Mas a área econômica avalia que o impacto do pagamento do resíduo não vai comprometer o plano, porque grande parte do setor privado já fez antecipações e, assim, o aumento da massa salarial não será tão grande.